

**Circuito Ambiental de Natal: uma ação de Educação Patrimonial**

Luciano Fábio Dantas Capistrano  
Mestrando em Mestrado Profissional em Ensino de  
História – PROFHISTÓRIA/PPGEH/UFRN - Escola  
Estadual Myriam Coeli – SEMURB/Parque da Cidade  
Dom Nivaldo Monte.

lulahisprofessor@gmail.com

**RESUMO:**

O presente artigo tem como objetivo discutir a Educação Patrimonial como uma das ferramentas, pedagógicas, importantes quando pensamos políticas de preservação cultural e ambiental. Gestar ações de conservação da cultura e dos recursos naturais passa, necessariamente, por intervenções no âmbito educacional, é importante apresentar um patrimônio que é de todos cidadãos, mas, na verdade nem todos habitantes ou visitantes da cidade conhecem. Como, então, proteger o desconhecido? Neste sentido, entendemos a educação como o caminho, o elo, de ligação com os lugares de memória, os lugares naturais, com a população, as pessoas, os viventes da urbe. Uma questão importante na ação pedagógica, é o espaço da cidade, pensar a constituição desse espaço ao longo da história, e, desse modo explorar as diversas possibilidades do “caminhar” por caminhos da urbe em um processo de inclusão ou melhor de representação do fazer historiográfico, é, assim compreendido, um lugar de apreensão dos saberes da História, seus diversos conceitos ou temas revisados ou, e, ministrados a partir dos “lugares visitados” durante o percurso do “Circuito Ambiental de Natal. O fazer pedagógico se supõe uma ação aberta, neste sentido, expomos, no presente artigo, uma possibilidade, um caminho do agir pedagógico.

**PALAVRAS-CHAVES:** Educação; Cultura; História.

**1 – Primeiro Percurso**

A cidade é um lugar de múltiplas identidades, andar por ruas e vielas é viver uma rica experiência do espaço urbano. Em meu ofício de historiador me encaminhei pelos caminhos sinuosos da cidade de Natal em busca de compreendê-la, entender sua expansão ao longo do tempo. A cidade, como diz a poesia de Nei Leandro de Castro “não se abre fácil”. Neste percurso, trilhei as veredas abertas por memorialistas, cronistas, poetas, fotógrafos, urbanistas, historiadores, enfim, por escritos sobre o espaço urbano.

E a Preservação do Patrimônio Cultural? O que fazer? Nesta multiplicidade que é o espaço urbano, um dos caminhos que percorro como professor e historiador, é o da Educação Patrimonial. Como nos ensina Funari e Sandra (2006, p. 55):

A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas públicas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país.

Ao me deparar na SEMURB, mais adiante me farei esclarecido com relação ao meu lugar de fala, com questões de descaso com o patrimônio edificado, como por exemplo, os antigos prédios do bairro da Ribeira, mesmo protegido com uma legislação específica e alguns reconhecidos como patrimônio histórico do município, iniciei um projeto denominado Circuito Histórico Ribeira – Cidade Alta. A finalidade era possibilitar as instituições de ensino e a comunidade de Natal, de um modo geral, um conhecimento do Patrimônio Cultural a partir de roteiros realizados a pé nestes dois bairros. Como recomendou Funari e Sandra, realizando uma ação de Educação Patrimonial.

Ao pensar sobre o fazer historiográfico seja em sala de aula, no chão da escola, ou, em outros espaços, como por exemplo, na rua, não me distancio das diretrizes apontadas nos documentos diretivos do MEC (Ministério da Educação), aqui faço uma referência a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Diz a BNCC:

A compreensão do espaço deve contemplar suas dimensões cultural, ultrapassando suas representações cartográficas. Espaço está associado aos arranjos dos objetos de diversas naturezas e, também, às movimentações de diferentes grupos, povos e sociedades, nas quais ocorrem eventos, disputas, conflitos, ocupações (ordenadas ou desordenadas) ou dominações. No espaço (em um lugar) se dá a produção, a distribuição e o consumo de mercadorias. Nele são realizados fluxos de diversas naturezas (pessoas e objetos) e são desenvolvidas relações de trabalho, com ritmos e velocidades variados. (BNCC, 2018, P. 563)

Nestes termos presentes na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) me fiz andarilho das ruas e becos da urbe. Na verdade os conceitos historiográficos da BNCC são pilares a fundamentar o desenvolvimento de projetos objetivando ocupar as ruas e as redes sociais com a temática do Patrimônio Cultural, e, deste modo inserir, essa temática, no âmbito dos ambientes formais e “informais” de educação, pois necessário pautar políticas públicas com o viés da educação patrimonial, assim justificado quando identificamos:

[...] a falta de esclarecimento popular sobre a importância da preservação de nosso Patrimônio, para não dizermos deseducação coletiva. Esse é um dado brasileiro e daí a formulação de mais uma regra: a preservação aqui entre nós depende fundamentalmente da educação popular, um caminho já percorrido por outros países, como o México, que dedica atenção toda especial a essa questão de educação de massa no que diz respeito à memória. (LEMOS, 2006, p. 83)

É importante esclarecer que este percurso se faz sobre “ruínas” deixadas nos diversos tempos da cidade, palco de nossa jornada. Ao propor neste artigo fazer a narrativa tecida a partir do meu lugar, o magistério e o técnico, ou seja, o professor e o historiador, logo de início percebi não se ruma tarefa fácil, são muitos os labirintos a serem percorridos. Sinuosos becos, tão obscuros quanto o Beco da Quarentena, localizado no Bairro da Ribeira, antes um lugar de alegres encontros de alcovas, hoje, um símbolo dos lugares de memórias em risco de caí no fundo buraco do esquecimento.

Agora algo deve incomodar o leitor em maior ou menor intensidade: de qual conceito de Patrimônio Cultural tenho me referido? Sim fiz uma caminhada por veredas abertas através dos fundamentos da educação patrimonial associada aos lugares de saberes, da educação formal, da escola, ou não formal, da rua ou das redes sociais. Até aqui, me preocupei em demonstrar ser fundamental a existência em uma Política Pública de Patrimônio Cultural, o viés da Educação Patrimonial.

De que patrimônio Cultural me refiro, então?

[...] os especialistas vêm continuamente substituindo o conceito de patrimônio histórico pela expressão patrimônio cultural. Essa noção, por sua vez, é mais ampla, abarcando não só a herança histórica, mas também a ecológica de uma região. Assim, em última instância, podemos definir

patrimônio cultural (incluindo nessa a ideia patrimônio histórico) como o complexo de monumentos, conjuntos arquitetônicos, sítios históricos e parques nacionais de determinado país ou região que possui valor histórico e compõem um determinado entorno ambiental de valor patrimonial. Em sua origem, todavia, o patrimônio tem sentido jurídico bastante restrito, sendo entendido como um conjunto de bens suscetíveis de apreciação econômica. (SILVA; SILVA, 2014, p. 324)

Compreendo então o Patrimônio Cultural, em sua amplitude conceitual, dos bens imateriais aos materiais, deste modo penso também nas questões referentes ao patrimônio tangível e intangível, afinal, a produção cultural se faz envolta das singularidades, inclusive, dos tons da emoção, para além do fazer existe os saberes. São na verdade um conjunto de conceitos e legislações a garantir uma passagem, razoavelmente, segura sobre essa estrada na qual o historiador seguiu seu ofício.

A Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural, da UNESCO, acontecida em 1972, na cidade de Paris, define o patrimônio cultural e o patrimônio natural, este é mais um pilar do qual faço uso para compreender este patrimônio cultural da urbe. A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida na Cidade Luz, iluminou os becos entrançados desse tema em questão ao definir em seus artigos:

Art. 1º Para os fins da presente convenção serão considerados como “patrimônio cultural”;

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os sítios; obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluem sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Art. 2º Para os fins da presente convenção serão considerados como “patrimônio natural”:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as zonas nitidamente delimitadas que constituem o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- os sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (CURY, 2004, p. 178-179)

A cidade por condição primeira é um espaço permanente de disputas, muitos são os agentes sociais e suas feitura do que seja a cidade, deste modo, a identidade cultural e os espaços de memórias a serem preservados são cenários dos fazedores dos lugares de memórias. Neste rumo trago para reflexão ainda inquietações sobre o cotidiano das pessoas. Os habitantes e visitantes da urbe, são personagens fundamentais para o processo de identificação do patrimônio cultural urbano. Vejamos mais adiante, essa apropriação do espaço urbano, em seu cotidiano ressignificando espaços e provocando no historiador um novo olhar sobre o patrimônio cultural e o uso público que se faz desse patrimônio.

A título de exemplo dos ressignificados de determinadas áreas da cidade e da ocupação do sujeito sobre determinado espaço urbano, as fotos abaixo, uma da Praça Padre João Maria e a outra do Beco da Lama<sup>1</sup>, locais que sofreram recentemente, intervenções a partir de grupos distintos da sociedade e ganharam novos sentidos para a população da urbe. Na foto a movimentação de personagens como o vendedor ambulante na Praça Padre João Maria, durante o Projeto Choro do Caçua<sup>2</sup> e o artista Lucas MDS, fazendo um painel no Beco da Lama, dentro do projeto de artes de grafismo no centro da Cidade Alta. São espaços de memórias da cidade com uma

---

<sup>1</sup> A Praça Padre João Maria e o Beco da Lama são dois logradouros localizados no Bairro da Cidade Alta, em Natal/ RN.

<sup>2</sup> Choro do Caçua projeto coordenado pelo musico Carlos Zens, acontece no segundo e penúltimo sábado de cada mês.

ocupação dos personagens que fazem a cidade, transeuntes, vendedores ambulantes, artistas, enfim, atores sociais fazendo surgir novas formas de atividades para a região e neste ponto o patrimônio cultural recebe um significativo apelo para justificar essas ações de cunho artístico/cultural nestes logradouros.

Uma economia criativa acontece nestes momentos de atividades destes dois exemplos citados, como bem demonstra a primeira foto. Uma pequena demonstração das possibilidades advindas de políticas referentes ao patrimônio cultural. Neste ponto, chamo a atenção para o papel a ser desempenhado pela Educação Patrimonial como ação alfabetizadora da sociedade no caminho a ser traçado para a formatação de políticas públicas de preservação dos lugares de memórias. Sigamos então para compreender ou buscar compreender a importância do uso público da história neste processo de preservação do Patrimônio Cultural, pensando sempre, nas questões que dizem respeito a educação para além da sala de aula, como já me referi anteriormente.



Foto: Luciano Capistrano – Lucad MDS e Rasta , artistas que participaram da intervenção com Grafite no Beco da Lama.



Foto: Luciano Capistrano – O vendedor de coco – Choro do Caçua – Praça Padre João Maria

## 2 – Todo percurso pressupõe uma escolha

Sou Professor há uns 20 anos, quase, nessa trajetória da sala em sala de aula, sempre procurei ter um olhar sobre o Patrimônio Cultural, a urbe e seus caminhos sempre estiverem presentes em meus planos de aulas e planejamentos. Em 2007, me vi Historiador da Semurb, Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal, desde então, passei a vivenciar a experiência de trabalhar com outro campo do meu ofício: a pesquisa histórica.

A Semurb me possibilitou enfrentar alguns desafios, entre os quais, pensar políticas de preservação do Patrimônio Cultural. A experiência de sala de aula, muito contribuiu para enfrentar as demandas da secretaria. Entre as demandas conhecer a cidade e o seu patrimônio cultural foi uma constante. Diante do desafio posto, me “obriguei” a fazer leituras sobre o tema do Patrimônio Cultural.

Neste percurso procurei a companhia de Ulpiano Meneses, Pedro Funari, leituras que me fizeram refletir sobre políticas de preservação dos nossos espaços de memórias,

principalmente através do Patrimônio Cultural. Compreendi com estes autores a importância da Educação Patrimonial, fazer política de preservação é possibilitar que as pessoas se sintam pertencentes aquele Patrimônio Cultural.

As aulas de campo são muito importantes, “pisar o asfalto, nos fazem pensar a cidade e suas características físicas naturais. Vivenciar e pensar a urbe do ponto de vista do seu espaço de ocupação a partir das condições geográficas do sítio do qual seria erguido a povoação. Lembrando Smith (2011): O olhar sobre a formação do espaço urbano é a relação da “percepção e do comportamento ambiental”, ou seja, quais são os sistemas recursivos presentes entre as ações humanas e o ambiente constituído.

Natal com suas dunas, o rio e o mar, então, são através destes fatores naturais que se tem de perceber a ocupação urbana da cidade. Como perceber a engenharia militar na construção, por exemplo, do Forte dos Reis Magos, a geologia para nos esclarecer o uso das rochas na construção da urbe edificada, enfim, nós historiadores não podemos ter preconceito com relação a outros campos de saberes que são necessárias para uma melhor compreensão da evolução urbana.

O rio enquanto fator determinante do curso da cidade, a cidade cresce margeando o rio Potengi e a povoação se instala próximo as suas fontes hídricas, como por exemplo o riacho do Baldo, fonte que “saciu” a sede dos nativos, holandeses e portugueses.

As ruas e seus traçados de a respeitar as características de solo e declives, inclusive pensar a questão da Ribeira parte baixa da cidade, um a alagadiço que ao longo do tempo a ocupação humana com a s diversas intervenções ocorridas naquele sítio foi modificando e aterrando o “pântano” para a edificação e abertura de ruas, transformando a região em um lugar até meados do século XX, principalmente, em um centro econômico importante para a cidade.

E assim Natal seguiu sua expansão, como assinalou o poeta Nei Leandro de Castro:

...cresce paralela  
aos cursos do rio e do mar  
e pelo Sul se bifurca  
em duas pernas de A.

em ambas, até bem pouco  
áreas de todo desertas,  
se estendem: Boa Sorte,

bairro Nova Descoberta

e o alto da Esperança.  
nomes sonoros que são  
a fantasia do povo,  
até sua remissão.  
(CASTRO, 2004, p. 49)

Uma cidade com 167, 401km<sup>2</sup>, possui importante diversidade ambiental, como por exemplo: mangues, estuários, restingas, dunas, falésias, baías, recifes, corais, praias, planícies, enfim, uma vastidão de riqueza natural, inclusive com zonas de remanescentes da Mata Atlântica. Natal em 2018 tem uma população, estimada segundo o IBGE, de quase 900 mil habitantes.

No aspecto da Proteção Ambiental, a cidade conta com 10 Zonas de Proteção Ambiental, distribuídas nas quatro regiões administrativas. Natal, então, tem um aspecto natural importante para ser preservado. A urbe nascida, entre o rio, as dunas e o mar, tem um significativo território natural. Este dado é um dos fatores contribuintes para o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental.

Ulpiano Meneses nos apresenta as motivações da utilização da história pública no campo da Educação Patrimonial, quando assinala os interesses em compreender os caminhos da história por fora da academia, assim, parece ser o contrário do historicismo acadêmico, este campo público da história precisa ser entendido e ocupado com a ciência histórica:

[...] O que se privilegia é a experiência do histórico, como a história se apresenta, entra na vida das pessoas, quais as formas de existir que ela configura. Para tanto, trabalha com o espaço vivido, inclusive o “tempo cultural”. Carr trata tais questões como matéria de teoria da história e não se preocupa com estudos empíricos. Interesses compatíveis dominam o campo conhecido como da história pública, basicamente história não acadêmica, cuja ambição é socializar o mais possível o conhecimento histórico e cujo efeito constitui objeto de pesquisa. O que mais interessa da história pública são os estudos de consumo da história [...] (MENESES, 2017, p. 45)

Neste percurso, que fizemos, na feitura deste artigo, nos fez ter um olhar especial, para o diálogo do Patrimônio Natural e Cultural da capital Potiguar, proposto pelo Circuito Ambiental de Natal. Na parte do trajeto que se segue, me dedicarei a apresentar este Projeto, hoje, desenvolvido no âmbito das ações do Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte. A Educação Patrimonial percebida como, aqui, como uma trilha,

pavimentada no Patrimônio Natural e Cultural. É essa trilha que pretendo enveredar a partir de agora.

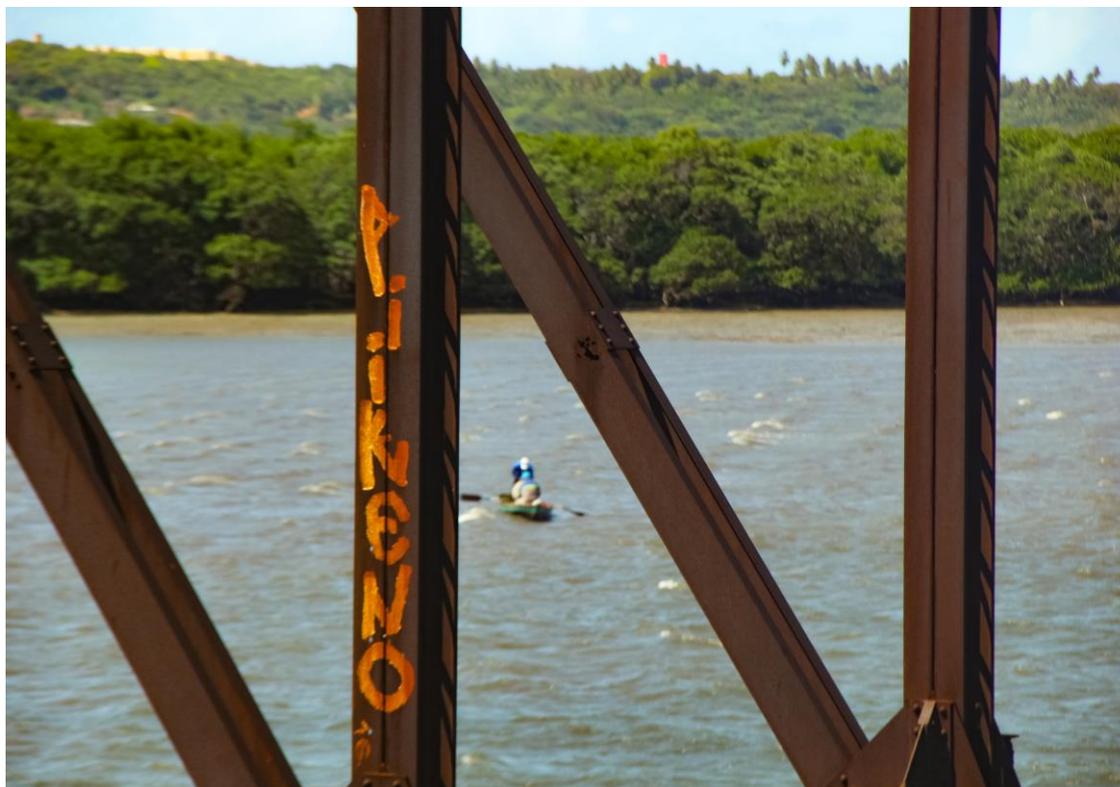


Foto: Luciano Capistrano – Antiga Ponte de Igapó – Vestígios!

### 3 – Circuito Ambiental de Natal: uma ação de Educação Patrimonial

Minha trajetória na SEMURB, como Historiador, me fez pensar muito sobre o universo das políticas de preservação do Patrimônio Cultural. As demandas para um historiador em um ambiente historicamente “dominado” pelo campo da arquitetura, não farei aqui nenhuma análise dos porquês dessa situação, apenas assinalo para melhor encaminhar a trajetória desse artigo. Bem, na condição de historiador percebi que não bastava as diversas legislações, municipais, estaduais e da União, em relação a preservação do Patrimônio Cultural. Era preciso ir além do mundo das normas.

Na SEMURB enveredei não pelo Setor de Patrimônio Histórico, que existiu naquela Secretaria, foi instinto na última reforma administrativa em 2015, meu caminho foi no Setor de Documentação, Disseminação de Informação, SDDI, não, não era um órgão dos tempos obscuros da ditadura civil-militar do pós 1964, era o setor responsável

por realizar estudos sobre diversos aspectos do município, desde de fatores socioeconômicos até aspectos históricos e culturais.

É, então nesta seara, que me embrenho. Ao chegar em 2007 no SDDI, já existia uma publicação principal, o Anuário Natal, passei então a fazer parte da equipe organizadora dessa publicação. Contribuindo com a parte histórica e cultural do Anuário.

Em 2008 iniciamos o Projeto Circuito Histórico: Cidade Alta / Ribeira, depois o Projeto foi ampliado e passou a ser denominado de “Da Sala à Praça”, já na perspectiva de desenvolver a Educação Patrimonial. Para a surpresa de toda a equipe, o Projeto cresceu ao ponto de não ser procurado apenas por Instituições de Ensino, a comunidade em geral, passou a fazer parte de nossa demanda. E também ocorreu uma ampliação da área de abrangência do Projeto, não mais restrito aos bairros de Cidade Alta e Ribeira, passamos a realizar o Circuito Histórico do Alecrim.



Foto: Thaiany – Publicações do Projeto Memória Minha Comunidade – Alecrim e Cidade Satélite -Acervo do autor.

A partir do ano de 2009 iniciamos o Projeto Memória Minha Comunidade, com um objetivo de realizar pesquisas históricas nos diversos bairros de

Natal. Este Projeto contou com uma parceria, voluntária, de professores do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e pautou sua trajetória no viés da história oral. Claro que não restringindo o campo historiográfico apenas a documentação oral, mas por questões do caráter da própria pesquisa, estávamos caminhando sobre um terreno de difícil documentação, já que muitos dos bairros pesquisados ainda não faziam parte das narrativas históricas publicadas, como é o caso do conjunto Cidade Satélite e do bairro Lagoa Azul.

Todos estes Projetos desenvolvidos no âmbito da SEMURB, tinha como finalidade a Educação Patrimonial, pois a compreendemos como um conjunto de ferramentas a serem utilizadas na feitura da transmissão de saberes sobre o Patrimônio Cultural para a população de um modo geral. A Educação Patrimonial tem ao longo do tempo ganhado novas abordagens e se inserindo em novos espaços de aprendizagem como nos esclarece o Professor Almir Oliveira:

[...]verificou-se ainda uma ampliação bastante significativa das ações de educativas que tinham a educação patrimonial como metodologia norteadora da relação ensino-aprendizagem por meio do patrimônio cultural. Essa metodologia, para além do uso nos setores educativos dos museus, passou a ser usada em outros locais, incluindo-se aí as salas de aula nos diversos níveis de ensino. Passou a ser comum sua aplicação com o intuito de reconhecimento do patrimônio, como também da possibilidade de ela poder vir florescer e fortalecer um sentimento de pertencimento e de identidade nos membros participantes das comunidades, principalmente nos locais onde sejam realizadas essas atividades, condições alimentadas a partir das discursões em relação ao patrimônio (material ou imaterial), em relação à memória (individual ou coletiva) e em relação ao próprio ensino de história. (OLIVEIRA, 2019, p.99)

E o Circuito Ambiental de Natal? Essa ação surgiu quando em meados de 2014 o Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte, localizado em Natal, Rio Grande do Norte, foi reaberto, depois de longos quatro anos fechados. Convidado a fazer parte da equipe do Parque da Cidade, lá encontrei como gestor Carlos da Hora, e Ulilton Campos, chefe do Setor de Manejo Ambiental do Parque. Bem foi em nossas conversas sobre os projetos a serem realizados no Parque da Cidade que surgiu então a ideia de incluir um roteiro sobre as Zonas de Proteção Ambiental (ZPAs), e, assim, cumprir com uma das exigências de uma unidade de conservação natural.

Natal possui dez ZPAs: ZPA 1, Campo Dunar Pitimbu, Candelária e Cidade Nova; ZPA 2, Parque Estadual Dunas de Natal e área de Tabuleiro Litorâneo; ZPA 3, Área

entre o Rio Pitimbu e Av. dos Caiapós (Conjunto Habitacional Cidade Satélite); ZPA 4, Campo Dunar dos Guarapes; ZPA 5, Associação de Dunas e Lagoas do Bairro de Ponta Negra (Região de Lagoinha); ZPA 6, Morro do Careca e Dunas Associadas; ZPA 7, Forte dos Reis Magos e Seu Entorno; ZPA 8, Estuário do Rio Potengi; ZPA 9, Complexo de Lagoas e Dunas ao longo do Rio Doce e a ZPA 10, Encostas dunares adjacentes ao Farol de Mãe Luiza.

Diante dessa riqueza natural e para realizar um trabalho de conscientização da sociedade natalense sobre a importância dessas ZPAs, surgiu, então, o Projeto Circuito Ambiental de Natal segue a orientação da Lei de criação do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, destaco o inciso XII do Artigo 4º: “Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico”, e, o inciso XIII do artigo 5º: “Busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.”

Foi partindo dessas premissas e com o acúmulo da experiência das ações desenvolvidas nos diversos projetos, aqui já referido, que se implantou entre as ações do Parque da Cidade O Circuito Ambiental de Natal, uma ação com a finalidade de promover a educação ambiental e com o decorrer do projeto ganha um diálogo importante com o Patrimônio Cultural da Cidade. Não restrito ao Patrimônio Natural, até porque as ZPAs estão delimitadas ao longo dos 36 bairros de Natal, ao pensar o roteiro pela ZPAs, foi também pensado os lugares históricos, digamos consagrados, como a ideia de “Memória Monumental”, digamos na linha de Pierre Nora, mas indo um pouco além, pensando a urbe como lugares de camadas sobrepostas de diversas narrativas históricas.

Deste modo o Circuito Ambiental de Natal faz um percurso por essas camadas do passado, seguindo as ZPAs e dialogando com este patrimônio natural e cultural ao longo do percurso. Como exemplo, podemos citar duas ZPAs, distante do ponto de vista geográfico e próximas, quando comparamos os grandes projetos habitacionais que modificaram a paisagem e determinaram novas formas de ocupação destes lugares. Me

refiro década de 1970 e o impacto das construções dos conjuntos habitacionais, no período dos financiamentos do BNH, o Banco Nacional de Habitação. Responsável pelos Conjuntos Habitacionais de Ponta Negra e Gramoré, respectivamente, construídos nas hoje ZPA 5 e ZPA 9.

Este artigo não tem a pretensão de ser uma leitura conclusiva sobre o Projeto, a intenção é fazer emergir o Projeto Circuito Ambiental de Natal: uma ação de Educação Patrimonial, neste sentido procurei caminhar pautado no viés da educação patrimonial dialogando com alguns teóricos do Patrimônio Cultural e da Educação Patrimonial, além de buscar tece uma teia entre os fundamentos teóricos, a legislação pertinente ao tema e a minha experiência na SEMURB, no ofício de Historiador e, meu ofício como Professor de História, atualmente exercido na Escola Estadual Myriam Coeli.

A título de convite a reflexão sobre o tema proposto, e não como fim, apesar de caminhar para conclusão do artigo, deixo dos fotografias, de momentos vivenciais do CIRCUITO AMBIENTAL DE NATAL:

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**



Foto: J6 Carvalho – o autor durante um Circuito Ambiental de Natal, com participantes de um Congresso de Educa73o Ambiental / Natal 2015 - Acervo do autor.



Foto: Dagmar Nascimento – o autor durante um Circuito Ambiental de Natal, pessoas comuns convocadas pelas redes sociais para participarem do Circuito / Natal 2015 - Acervo do autor.

## REFERENCIAS

BNCC, Base Nacional Comum Curricular, <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> acessado em 20/05/2019.

CASTRO, Nei Leandro de. Romance da Cidade de Natal. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

CURY, Isabelle. (Organizadora). Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: Edições IPHAN, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo; SANDRA, C. A. Pelegrini. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico? São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Repovoar o patrimônio ambiental urbano In Revista do Patrimônio, nº 36, ano 2017. Edição IPHAN.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

OLIVEIRA, Almir. Educação Patrimonial *in* FERREIRA, Marieta de Moraes;  
OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coordenação). Dicionário de Ensino de História.  
Rio de Janeiro: FGV EDITORA, 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos.  
São Paulo: Editora Contexto, 2014.

SMITH, M.E. 2011. Empirical Urban Theory for Archaeologists. *Journal of  
Archaeological Method and Theory*, vol. 18, 167-192.